

ATA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

(NOVEMBRO – 2021)

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2021, às 17h, deu-se início a reunião do COMTUR nas dependências do Hotel VillaReal, sendo conduzida pela Presidente Sílvia que iniciou os trabalhos agradecendo a presença dos conselheiros e das Sr.^{as} Cássia e Luiza da empresa Lacomunica, a qual está realizando o diagnóstico socioambiental para implantação do Terminal de Graneis Santa Catarina S.A. – TGSC – (solicitação do IBAMA) sendo uma das pautas do dia. Outra pauta é o calendário de eventos para o fim do ano, onde o Secretário Hercílio fez uma breve explanação sobre o Réveillon: os shows que ocorreriam na Enseada, Ervino, Vila da Glória e Centro Histórico foram cancelados devido ao decreto estadual Nº 1.556 de 08/11/2021 que declarou estado de calamidade pública no território catarinense. Eventos como os shows, que comportariam mais de 500 pessoas, teriam que ter o acesso controlado para que os protocolos de enfrentamento à pandemia do Covid-19 fossem cumpridos. Mesmo utilizando gradil para o controle de entrada, ainda ocorreriam situações que seriam impossíveis de deter. Dadas as circunstâncias, optou-se pelo cancelamento das apresentações musicais sendo mantido apenas os shows pirotécnicos nos quatro locais. A Conselheira Marianna discorreu sobre as apresentações natalinas denominada “Tributo de Natal”. A cidade será decorada com iluminação temática nas principais vias assim como a praça Getúlio Vargas, igreja matriz, prefeitura municipal e mercado público. As datas para as apresentações e chegada do Papai Noel serão: 10/12 no Centro Histórico, 15/12 na Enseada, 20/12 no Ervino e 22/12 na Vila da Glória. Para a abertura no Centro Histórico, haverá linhas de ônibus extras da empresa Verdes Mares para que os estudantes da rede pública possam participar. A “Casinha do Papai Noel” terá a presença do mesmo as 3^{as} e 5^{as}, sempre com os cuidados ao regramento sanitário (Covid-19). O aporte para viabilizar as apresentações natalinas são oriundos da empresa ArcelorMittal. O horário do comércio no Centro Histórico será estendido – até as 20h, a fim de dar suporte aos visitantes e munícipes nesse período onde também haverá a “Feira Natalina” na área externa da Fundação Cultural de 13 à 17/12. Na praia da Enseada será iluminado um grande pinheiro na orla, solicitação da comunidade e realizada pelos mesmos. Os conselheiros ficaram satisfeitos com a programação que será desenvolvida e que tais ações são essenciais para a retomada do setor turístico e desenvolvimento econômico em nosso município. Dando sequência, a Presidente Sílvia retomou a fala e passou para a segunda pauta: a apresentação dos principais projetos desenvolvidos no município na área de Turismo, como resultado do diagnóstico socioambiental participativo da TGSC. Os estudos foram interrompidos pela pandemia, sendo reassumidos agora. Foram convidadas a palavra, as Sras. Cássia e Luiza que agradeceram a presença de todos e a colaboração do Conselho nos projetos. Iniciaram a apresentação do projeto de implantação do TGSC mostrando a linha do tempo desde as etapas iniciais, no ano de 2007, e o local de instalação na localidade Bela Vista. O terminal terá um berço sem necessidade de dragagem, exclusivo para granel, tendo previsão para ser executado em 2 fases. A primeira compreenderá a construção de silos e do 1º berço. Na segunda fase a possível construção de um 2º berço. Foram realizados os processos para licenciamento – IBAMA – o qual foi liberado, porém os programas são insuficientes, pois não houve caráter participativo da sociedade, tendo parado na Licença Prévia. O condicionamento do IBAMA para que se retome a licença é aprimorar os programas de educação ambiental, aprimorando as metodologias e ações participativas, principalmente com a sociedade a ser atingida (Bela Vista), pescadores e maricultores. O diagnóstico socioambiental participativo está em seu estágio final. Em vistas do Plano Básico Ambiental foram identificados vinte e três programas existentes relacionados ao desenvolvimento turístico, onde os principais perpassam além do turismo, a cultura, o meio ambiente, a pesca e maricultura. Foram apresentados – rapidamente – os 23 programas, com as respectivas organizações/instituições responsáveis, suas ações e detalhamento, citando um deles a questão da identificação cultural do

município – artesanato e gastronomia – que não há. O artesanato é um produto turístico, mas não expressa a identidade cultural de São Francisco do Sul. A UNIVILLE propôs um projeto nesse âmbito. Ao final, foi citado o exemplo das atividades realizadas pelo SESI na “Estação Verão”, na praia da Enseada (Tenda da Petrobrás) que era um condicionante para a Petrobrás devido ao impacto ambiental que envolvia a região onde está localizada a empresa. A convidada Cássia reforçou quanto as orientações para estabelecer o Programa de Educação Ambiental – PEA (nota técnica), as propostas de linhas de ações para desenvolvimento de programas ambientais e a formação de uma comissão ou fórum para acompanhar o desenvolvimento do PEA. Na palavra livre, a Conselheira Jeanine falou sobre a Lei de Zoneamento (Plano Diretor) que ainda falta ser aprovado. Que essa lei é imprescindível para o desenvolvimento e ordenação legal, pois limitaria quais seriam as áreas turísticas, regiões portuárias, área de pesca, dentre outras. Aproveitando a fala, o Conselheiro Renan abordou sobre a ausência do Plano de Ordenamento Náutico – o que pode ser feito nas áreas marítimas. Há uma necessidade do município para estar dentro da legalidade e que deve haver mais cobrança da Marinha sobre o assunto, que se faz muito importante para o turismo náutico e entretenimento e para proteger as áreas de pesca artesanal. As questões marítimas são muito focadas ao porto. Que o poder público tem pouca participação nos processos de licenciamento ambiental. São outros órgãos, de esferas maiores que determinam, a prefeitura se limita apenas a um “alvará de construção”. Foi importante o que foi levantado, o estudo e a compensação, mas o que será feito na prática? Não é fácil a discussão nem a resolução e para tal deve envolver também a Secretaria de Agricultura e Pesca para se ter um diagnóstico da pesca e dessa forma um programa de compensação justo. A Conselheira Adriana disse que deve haver apoio para ações de desenvolvimento para pescadores e pessoas ligadas a área marítima – turismo náutico. Deve-se realizar a análise dos impactos do empreendimento à vida dessas pessoas, pois afeta diretamente sua provisão econômica. A convidada Luiza disse que o município deve ver as questões do zoneamento náutico para então consolidar as ações de apoio e desenvolvimento a comunidade pesqueira e de marinha. Retomando a fala, a Conselheira Jeanine reforça a necessidade de reverter esse cenário de São Francisco do Sul ser uma cidade exclusivamente portuária. Temos outros leques tão importantes quanto o porto. Já a Conselheira Marianna comentou que por exemplo, a pesca artesanal da tainha é considerada como patrimônio imaterial em muitas cidades. Em sua fala, a presidente Sílvia disse que devem ser justos nas compensações, principalmente se os moradores e pescadores da comunidade afetada pelo empreendimento, forem realocados. Devido ao tempo transcorrido, a convidada Luiza, com a anuência dos presentes, passou para o assunto referente ao Desenvolvimento do Turismo. Falou sobre as melhorias que já estão sendo realizadas, como a pavimentação do acesso à praia dos Ingleses e o paisagismo na mesma praia. A presidente Sílvia comentou sobre a revitalização da praça da praia do Salão (Serrinha), um local propício para esportes e lazer e que o mesmo está precário. A Conselheira Marianna reforçou as palavras da presidente e que os programas sociais relacionados ao esporte, atendem muitas crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, melhorando suas expectativas de futuro. Além de ser ali um espaço para o desenvolvimento turístico, com a execução de sua revitalização. O Conselheiro Renan discorreu sobre programas para melhorar a gastronomia local – identificação de pratos nativos e das boas práticas de cultivo de marisco e outros itens marinhos. Que se deve aprimorar as técnicas de cultivo, fazer estudo mercadológico e assim novos pratos que possam ser desenvolvidos. Também comentou sobre o sítio que se encontra nas terras da família Addison, seria interessante fazer a divulgação da história do local. Retomando a palavra a convidada Luiza indagou que os programas devem objetivar atender prioritariamente o local e a comunidade impactada. Dessa forma estão acontecendo reuniões com a comunidade Bela Vista – os moradores e pescadores estão sendo ouvidos, alguns já foram indenizados, pois foram realocados. Falou sobre a ação de qualificação dos pescadores (do local) para empreendimentos turísticos – realizarem passeios, por exemplo para

visitar e conhecer a maricultura. A Conselheira Simone mencionou que anteriormente houveram ensaios para realizar esse projeto (não especificamente com os pescadores do Bela Vista), porém uma determinação da Marinha não permitiu sua implantação devido as embarcações utilizadas. O Conselheiro Kleverton confirmou a restrição das embarcações que são habilitadas para pesca artesanal e não para passeios. Que para realizar os passeios, as embarcações devem ser classificadas para tal finalidade. Encerrando a pauta, a Conselheira Jeanine disse que é preciso orientar os pescadores na sua atividade, principalmente em vista dos impactos ambientais que a mesma ocasiona, como o descarte dos materiais utilizados (também causam impactos, mesmo em menor proporção). Deve haver um programa de conscientização da pesca. O Conselheiro Renan expos que as compensações ambientais devem interagir com as outras secretarias municipais, para melhor efetivação do programa. Os programas de educação ambiental não devem ser pontuais e excludentes. É necessário fazer uma cadeia completa de compensação, integrando o poder público, a comunidade e a empresa. As convidadas Luiza e Cássia agradeceram a presença do Conselho e das valiosas contribuições. Tudo foi de extrema importância e sendo possível, gostariam de outra oportunidade como esta. A presidente Silvia agradeceu aos membros presentes – e ausentes, que devido as atividades de fim de ano não puderem comparecer, mas estão sempre contribuindo com o desenvolvimento do setor turístico em nosso município. Agradeceu também a presença das convidadas que elucidaram várias questões e por ouvir o Conselho. Ao questionar se havia mais alguma manifestação, a Conselheira Crisânia perguntou sobre os banheiros públicos, se farão a instalação na temporada e que deveria ser viabilizado não somente durante a temporada, que a solução seria ter banheiro o ano todo já que as praias recebem turistas todo o tempo. A Conselheira Simone confirmou a instalação de banheiros químicos para a temporada nas praias – por parte da Secretaria de Turismo e que estão sendo feitos estudos para instalações sanitárias permanentes. O Conselheiro Renan disse que a Secretaria de Meio Ambiente irá instalar o banheiro container na Prainha. E que uma das possibilidades para instalação dos sanitários permanentes é fazê-los subterrâneos, diminuindo o impacto ambiental (e visual). A Conselheira Adriana disse que a construção dos banheiros será uma grande contribuição para agregar o mobiliário urbano. Voltando a palavra para a presidente que novamente agradeceu o empenho do Conselho neste ano e que no próximo continuem unidos em prol do turismo de nossa cidade, também lembrou que nos meses de dezembro e janeiro não há reunião ordinária, tendo em vista a ocupação dos membros na temporada de verão e que voltarão a reunir-se no mês de fevereiro. Terminada a reunião que se estendeu até às 20h, e inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.

Silvia Fernandes

Hercílio Correa da Silva Netto

Renan Canuto

Marianna Corrêa

Adriana Igreja

Kleverton Ramos Carvalho

Jeanine Rhinow

Josiane Marcolino da Silva

Simone Dulcenéia Machado

Crisânia Brilhante